

HABEAS CORPUS Nº 513.145 - PR (2019/0157064-9)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : NIVALDO ASCARI
ADVOGADO : NIVALDO ASCARI - PR076300
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : V C (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de V C, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ - HC n. 0020359-86.2019.8.16.0000.

Noticiam os autos que o paciente foi preso em flagrante no dia 17-02-2019, por ter, supostamente, cometido o delito previsto no art. 217-A do Código Penal, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

Aduz o impetrante, em breve síntese, a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar do paciente, destacando que a medida estaria embasada na gravidade abstrata do delito, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade do acusado poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Destaca a existência de um abaixo-assinado confeccionado por vários cidadãos do município em que o paciente reside em que atestam a boa índole do réu.

Realça as condições pessoais favoráveis do paciente, que seria primário, de bons antecedentes, com ocupação lícita e residência fixa, predicados que lhe garantiriam o direito de responder à ação penal em liberdade.

Sustenta, outrossim, a ocorrência de constrangimento ilegal sob o argumento de que o paciente se encontra preso desde 17-01-2019, sem que tenha sido encerrada a instrução criminal, ressaltando que o interrogatório do réu foi designado para o dia 10-06-2019, a ponto de restar configurado excesso de prazo de sua custódia cautelar.

Defende, ainda, a ilegalidade da prisão, afirmando que "*a polícia militar não iniciou as buscas de imediato, fazendo com que não houve nenhuma perseguição e deste modo quando o acusado fora preso já não estava mais em nenhuma hipótese do art. 302 do CPP*" (e-STJ fl. 19).

Argumenta, por fim, a ocorrência de nulidade por cerceamento de defesa, uma vez que não foi juntado aos autos as gravações do depoimento especial da vítima, em desconformidade com a Recomendação 33/2010 do CNJ.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do *habeas corpus* para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**. Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita.

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou que (e-STJ fls. 94-96):

[...]

Consoante se vê, a prisão em flagrante do paciente restou convertida em preventiva, estando ele recolhido em virtude de novo título prisional, devidamente fundamentado no art. 312 do Código de Processo Penal, de modo que eventual irregularidade ficou ultrapassada.

Nesse sentido, destaco o seguinte julgado:

[...]

Da mesma forma não prospera o argumento de excesso de prazo para a formação da culpa do segregado.

O lapso temporal previsto para o encerramento da instrução criminal aqui discutido é de 81 (oitenta e um) dias.

Além de não ter transcorrido o referido período, na hipótese, deve-se observar também a razoabilidade.

O feito envolve vítima criança e sua oitiva foi realizada pelo “depoimento sem dano”. Sua amiga, testemunha da mesma idade, foi ouvida da mesma forma. Após as diligências, houve a elaboração de laudo técnico o qual aguarda a manifestação das partes para o interrogatório do acusado.

[...]

No mesmo sentido, bem destacou o douto Procurador Geral de Justiça em seu parecer (mov. 14.1):

“No caso, não há como se falar, pelo menos até aqui – é inadequado se falar em excesso de prazo futuro –, em qualquer ilegalidade no andamento da ação penal originária, que tramita regularmente – e com considerável celeridade inobstante a complexidade do feito – conforme análise dos autos 0000685-79.2019.8.16.0079 no Projudi, não havendo nenhum fato que demonstre situação excepcional apta a ensejar a soltura do paciente.

Cumpre frisar que não caracteriza constrangimento ilegal a não realização do interrogatório do paciente até o presente momento, visto que o Juízo a quo, acertadamente, determinou que Valdecir somente fosse interrogado após a juntada do Laudo Pericial da entrevista pessoal e avaliação psicológica, justamente com o fim de evitar qualquer alegação nulidade por violação às garantias do contraditório e da ampla defesa.

Inclusive, constata-se dos autos de n.

0000887-56.2019.8.16.0079, que o referido Laudo Pericial já foi juntado em 02 de maio de 2019, estando submetido ao contraditório para que as partes se manifestem acerca de seu conteúdo, de modo que o interrogatório do paciente é o único ato instrutório faltante, que será realizado após as devidas manifestações e diligências concernentes ao laudo psicológico da vítima.

Assim, conclui-se que a presença de tais circunstâncias acarreta, naturalmente, o prolongamento da instrução criminal – que está próxima do fim –, não sendo vislumbrado qualquer excesso ou irregularidade no andamento das diligências – requeridas pela defesa – determinadas pelo Juízo a quo”. (sic.)

É oportuno consignar que os prazos considerados para o encerramento da instrução criminal não são absolutos, podendo variar de acordo com as peculiaridades da causa, prevalecendo a razoabilidade nas hipóteses em que não há negligência do juízo ou do Ministério Público.

Em outras palavras, para cogitar o excesso de prazo da prisão cautelar, a delonga excessiva deve ter sido originada de procedimento omissivo do magistrado, da acusação ou de atuação irregular do Poder Público, o que não se verifica na hipótese.

Logo, a pretensão do reconhecimento de constrangimento ilegal por excesso de prazo, no caso, resta afastada, também, em razão da complexidade do feito.

Da leitura de tais argumentos não exsurtem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefer-se a liminar.**

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator

